



**AGENDA EM TRAMITAÇÃO NA COMISSÃO
DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA DA
CÂMARA DOS DEPUTADOS EM 31 DE
JANEIRO DE 2017**

Fábio de Barros Correia Gomes
Consultor Legislativo da Área XVI
Saúde Pública, Sanitarismo

NOTA TÉCNICA

FEVEREIRO/2017



Câmara dos Deputados
Praça dos Três Poderes
Consultoria Legislativa
Anexo III - Térreo
Brasília - DF

SUMÁRIO

1 Introdução	3
2 Temas em tramitação na CSSF	4
2.1 Propostas de Fiscalização e Controle (PFC).....	4
2.2 Projeto de Decreto Legislativo (PDC).....	6
2.3 Projetos de lei complementar (PLP)	8
2.4 Projetos de lei Ordinária (PL)	11
3 Considerações e sugestões	18
Apêndice A - Metodologia	20

© 2017 Câmara dos Deputados.

Todos os direitos reservados. Este trabalho poderá ser reproduzido ou transmitido na íntegra, desde que citados(as) o(a) autor(a) e a Consultoria Legislativa da Câmara dos Deputados. São vedadas a venda, a reprodução parcial e a tradução, sem autorização prévia por escrito da Câmara dos Deputados.

Este trabalho é de inteira responsabilidade de seu(sua) autor(a), não representando necessariamente a opinião da Câmara dos Deputados.

AGENDA EM TRAMITAÇÃO NA COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS EM 31 DE JANEIRO DE 2017

Fábio de Barros Correia Gomes

1 Introdução

Esta Nota Técnica apresenta os temas de proposições em tramitação na Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF) da Câmara dos Deputados, em 31 de janeiro de 2017, em período próximo ao início de nova sessão legislativa.

Trata-se de um estudo de atualização, visto que outros três, abordando a CSSF, foram realizados durante 2016, ora abordando a agenda de todos as áreas temáticas em tramitação nessa comissão, ora apenas a agenda da saúde.¹ O objetivo é permitir uma visão geral da agenda da seguridade social que está colocada para a Comissão no início dos trabalhos do ano, de modo a facilitar a organização de suas atividades, tanto no que se refere às proposições que gerem normas quanto àquelas associadas a ações de fiscalização.

Uma novidade dessa edição do estudo é, no caso das proposições da saúde, um maior detalhamento na forma de temas e subtemas, uma vez que se dispõe de tipologia já desenvolvida para esse tipo de política pública. Também são destacadas algumas proposições, segundo conjunto de critérios selecionados, apresentados no apêndice A.

¹ GOMES, F.B.C. Temas de proposições relacionadas à saúde em tramitação na CSSF. Estudos e Notas Técnicas. Consultoria Legislativa da Câmara dos Deputados. Brasília, 2016. Disponível em:

http://www2.camara.leg.br/documentos-e-pesquisa/publicacoes/estnottec/areas-da-conle/tema19/2016_11163_temas-de-proposicoes-relacionadas-a-saude-em-tramitacao-na-cssf_fabio-gomes.

_____. Agenda em tramitação na Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara dos Deputados em março de 2016. Estudos e Notas Técnicas. Consultoria Legislativa da Câmara dos Deputados. Brasília, 2016. Disponível em:

http://www2.camara.leg.br/documentos-e-pesquisa/publicacoes/estnottec/areas-da-conle/tema19/2016_4082_agenda-em-tramitacao-na-cssf-marco-2016_fabio-de-barros.

_____. Agenda de saúde em tramitação na Câmara dos Deputados em janeiro de 2016. Estudos e Notas Técnicas. Consultoria Legislativa da Câmara dos Deputados. Brasília, 2016c. Disponível em:

http://www2.camara.leg.br/documentos-e-pesquisa/publicacoes/estnottec/areas-da-conle/tema19/2016_392_agenda-de-saude-em-tramitacao-na-cd_fabio-barros-correia-gomes.

A próxima seção apresenta tabelas e considerações sobre questões de maior destaque quanto a temas associados a cada um dos tipos de proposição legislativa observados: o projeto de lei complementar (PLP), o projeto de lei ordinária (PL), a Proposta de Fiscalização e Controle (PFC) e o Projeto de Decreto Legislativo (PDC). Na terceira seção são apresentadas considerações sobre os dados coletados e sugestões decorrentes da análise. O apêndice A apresenta a metodologia adotada.

2 Temas em tramitação na CSSF

Inicialmente, são apresentados resultados referentes aos tipos de proposição associados à fiscalização (PFC, PDC), seguindo-se aqueles associados à produção de normas legais (PLP, PL).

2.1 Propostas de Fiscalização e Controle (PFC)

Em 31/1/17 havia 20 PFC tramitando na CSSF (tabela 1), apresentadas por nove deputados - mais frequentes: Mudalen, Resende e Mandetta -, de nove partidos - mais frequentes: PMDB, PFL, DEM - e de sete estados - mais frequentes: MS, SP, PB. Há PFC apresentadas desde 2004, sendo que 10%, a partir de 2015.

Tabela 1. Distribuição da frequência de áreas temáticas de PFC em tramitação na CSSF em 31/1/17.

Áreas temáticas	Frequência
Administração Pública	1
Direitos Humanos, Minorias e Cidadania	1
Previdência e Assistência Social	1
<i>Saúde</i>	11
<i>Saúde_Administração Pública</i>	5
<i>Saúde_Finanças Públicas e Orçamento</i>	1
Total	20

Eram relacionados à saúde 85% dos PFC (sendo que 35,3% destes compartilhavam temas de outras áreas), com destaque (tabela 2) para o financiamento da saúde, representando 70,6% das PFC da saúde (tabela 2).

Tabela 2. Distribuição da frequência de temas e subtemas da área temática da saúde em 17 PFC em tramitação na CSSF em 31/1/17.

Temas e subtemas de saúde		Frequência
Atenção à saúde	Programa/projeto/ação	2
	Destaque programa - assistência farmacêutica	1
Subtotal		3
Gestão Recursos e Pesquisa	Financiamento	12
	Destaque recursos humanos (RH) - regulamentação profissional	1
Subtotal		13
Prevenção, Promoção e Controle	Vigilância sanitária	1
Subtotal		1
Total		17

A aplicação de critérios indicados no apêndice A (no caso das PFC: oportunidade e abrangência geográfica) não detectou proposta apresentada na Legislatura atual e nem de abrangência nacional, pois as duas da corrente Legislatura são de nível municipal.

2.2 Projeto de Decreto Legislativo (PDC)

Em 31/1/17 havia 49 projetos de decreto legislativo (PDC) tramitando na CSSF (tabela 3), apresentadas por 35 deputados e uma comissão permanente - mais frequentes: Mandetta e Monti -, de 15 partidos - mais frequentes: PSDB, PMDB, DEM - e de 15 estados - mais frequentes: SP, RJ, MS). Há PDC apresentados desde 2007, sendo que 57,1%, a partir de 2015.

Eram relacionados à saúde 87,8% dos PDC, contudo observa-se que em 27,9% dos projetos da saúde havia compartilhamento com seis outras áreas temáticas, como a tributação e a previdência e assistência social (tabela 3).

Tabela 3. Distribuição da frequência de áreas temáticas de PDC em tramitação na CSSF em 31/1/17.

Áreas temáticas	Frequência
Direitos Humanos, Minorias e Cidadania	5
Previdência e Assistência Social	3
Saúde	31
Saúde_Agricultura, Pecuária e Pesca	1
Saúde_Direitos Humanos, Minorias e Cidadania	1
Saúde_Educação	1
Saúde_Indústria, Comércio e Defesa do Consumidor (utilizado até a legislatura 53)	1
Saúde_Previdência e Assistência Social	3
Saúde_Tributação	3
Total	49

Na saúde destacam-se os temas de atenção e de gestão - representando 76,7% dos temas da saúde – e os subtemas de assistência privada, regulamentação profissional e vigilância sanitária (tabela 4).

Tabela 4. Distribuição da frequência de temas e subtemas da área temática da saúde em 43 PDC em tramitação na CSSF em 31/1/17.

Temas de saúde	Subtemas de saúde	Frequência
Atenção à saúde	Destaque programa - assistência privada	8
	Destaque programa - assistência farmacêutica	3
	Destaque programa - ação específica	2
	Protocolos	1
	Documentos / sistemas de informação	1
	Programa/projeto/ação	1
	Destaque programa - doação e transplante de tecidos e órgãos	1
Subtotal		17
Direitos e responsabilidades	Direitos trabalhistas e previdenciários	1
Subtotal		1
Gestão, Recursos e Pesquisa	Destaque RH - regulamentação profissional	7
	Destaque RH - mercado de trabalho	3
	Financiamento	4
	Gestão administrativa	1
	Recursos humanos	1
Subtotal		16
Prevenção, Promoção e Controle	Vigilância sanitária	5
	Destaque vig. sanitária. - medicamentos	3
	Vigilância da saúde do trabalhador	1
Subtotal		1
Total		43

A aplicação de critérios indicados no apêndice A (no caso dos PDC: oportunidade e nível de detalhamento) destacou 8 PDC (6 da saúde e 2 não-saúde), apresentados na Legislatura atual e com objeto mais genérico que específico, quais sejam:

- **PDC 21/2015**, que susta a aplicação do art. 36, § 3º, da Resolução nº 9, de 20 de fevereiro de 2015, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), que dispõe sobre o Regulamento para a realização de ensaios clínicos com medicamentos no Brasil;

- **PDC 148/2015**, que susta a aplicação do inciso VII, parágrafo 1º do Art. 19, da Resolução Normativa nº 338, de 21/10/2013, da Agência Nacional de Saúde, que Atualiza o Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde, que constitui a referência básica para cobertura assistencial mínima nos planos privados de assistência à saúde, contratados a partir de 1º de janeiro de 1999 (...);

- **PDC 341/2016**, que susta a Resolução CMED nº 1, de 14 de março de 2016, que "dispõe sobre a forma de definição do Preço Fabricante (PF) e do Preço Máximo ao Consumidor (PMC) dos medicamentos em 31 de março de 2016 (...);

- **PDC 381/2016**, que susta a aplicação da Resolução nº 1, de 14 de março de 2016, da Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos – CMED;

- **PDC 393/2016**, que susta a aplicação do inciso VII, parágrafo 1º do Art. 26, I e II da Resolução Normativa nº 387, de 28/10/2015, da Agência Nacional de Saúde, que Atualiza o Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde (...);

- **PDC 415/2016**, que susta a Decisão da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) que aprovou, por unanimidade, o índice de reajuste máximo de 13,57% (treze inteiros e cinquenta e sete centésimos por cento) com vigência de 1º de maio de 2016 a 30 de abril de 2017 para as contraprestações pecuniárias dos planos privados de assistência suplementar à saúde, individuais e familiares, médico-hospitalares com ou sem cobertura odontológica.;

- **PDC 425/2016**, que susta, nos termos do art. 49, V, da Constituição Federal, a vigência do Decreto nº 8.805, de 7 de julho de 2016, que "Altera o Regulamento do Benefício de Prestação Continuada, aprovado pelo Decreto nº 6.214, de 26 de setembro de 2007"; e

- **PDC 426/2016**, susta o Decreto nº 8805 de 07 de julho de 2016 que altera o Regulamento do Benefício de Prestação Continuada, aprovado pelo Decreto nº 6.214, de 26 de setembro de 2007.

2.3 Projetos de lei complementar (PLP)

Em 31/1/17 havia 27 PLP tramitando na CSSF (tabela 5), apresentados por 25 deputados, um senador e o Executivo – não houve destaque para uma maior frequência de

apresentação -, de 15 partidos - mais frequentes: PMDB, PP, PT - e de 15 estados - mais frequentes: PR, BA, SP. Há PLP apresentados desde 2003, sendo que 70,4%, a partir de 2015.

Eram relacionados à saúde 48,1% dos PLP, sendo que 84,6% destes compartilhavam temas de outras seis áreas. A previdência e assistência social foi o segundo tema mais prevalente (tabela 5).

Tabela 5. Distribuição da frequência de áreas temáticas de PLP em tramitação na CSSF em 31/1/17.

Áreas temáticas	Frequência
Administração Pública	1
Direito Civil e Processual Civil	1
Direito e Defesa do Consumidor	1
Direitos Humanos, Minorias e Cidadania	2
Finanças Públicas e Orçamento	1
Previdência e Assistência Social	8
Saúde	2
Saúde_Administração Pública	5
Saúde_Direitos Humanos, Minorias e Cidadania	1
Saúde_Educação	1
Saúde_Finanças Públicas e Orçamento	2
Saúde_Previdência e Assistência Social	1
Saúde_Trabalho e Emprego	1
Total	27

Na saúde destacam-se os temas de direito e responsabilidade e de gestão, principalmente o financiamento (46,2% dos PLP da saúde).

Tabela 6. Distribuição da frequência de temas e subtemas da área temática da saúde em 13 PLP em tramitação na CSSF em 31/1/17.

Temas e subtemas de saúde		Frequência
Direitos e Responsabilidades	Direitos trabalhistas e previdenciários	5
	Responsabilidade sanitária	1
Subtotal		6
Gestão, Recursos e Pesquisa	Financiamento	6
Subtotal		6
Prevenção, Promoção e Controle	Prevenção - outros	1
Subtotal		1
Total		13

Os critérios indicados no apêndice A (no caso dos PLP: necessidade, oportunidade, contribuição à estruturação da política) foram aplicados apenas aos 13 PLP da saúde, devido à necessidade de maior nível de conhecimento sobre a área específica para a adoção dos referidos critérios.

Foram destacados apenas dois PLP cujos objetos demandam lei complementar, foram apresentados na Legislatura atual e são estruturantes para a política de saúde, quais sejam:

- **PLP 176/2015**, que acrescenta parágrafo único ao art. 46 da Lei Complementar n. 141 de 13 de janeiro de 2012, para definir nos casos em que especifica, crimes de responsabilidade contra a promoção proteção e recuperação da saúde prevista no art. 196 da Constituição Federal; e

- **PLP 204/2015**, que altera a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, para dispor sobre o montante mínimo de recursos a serem repassados pela União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios para os fins que especifica.

2.4 Projetos de lei Ordinária (PL)

Em 31/1/17 havia 1.613 projetos de lei ordinária (PL), tramitando na CSSF, distribuídos entre 27 áreas temáticas, além das de saúde (tabela 7). Além da saúde, destacam-se as áreas temáticas de direitos humanos, minorias e cidadania e de previdência e assistência social. A área de trabalho e emprego e de direitos humanos, minorias e cidadania apresentam várias proposições abordado temas em conjunto com a saúde (tabela 7).

Os PL foram apresentados por 538 deputados, 58 senadores e o Executivo – mais frequentes: Belinati, Gouveia e Bezerra -, de 34 partidos - mais frequentes: PMDB, PSD, PSDB, PT, PP - e de 27 UF - mais frequentes: SP, RJ, MG, RS, PB. Há PL apresentados desde 1994, sendo que 51,3%, a partir de 2015.

No total, 66,2% dos PL eram relacionados à saúde, sendo que 60,9% destes compartilhavam temas de 32 outras áreas. No tema de atenção à saúde destacaram-se os subtemas de programas de saúde e de assistência farmacêutica (tabela 8). No tema de direitos e responsabilidades, destacaram-se subtemas de direitos trabalhistas e previdenciários e de direitos de portadores de doenças (tabela 8). No tema de gestão, recursos e pesquisa, destacaram-se subtemas de recursos humanos, de gestão e de financiamento (tabela 8). No tema de prevenção, promoção e controle, destacaram-se subtemas de vigilância da saúde do trabalhador, de vigilância sanitária, particularmente de medicamentos, e de vigilância epidemiológica (tabela 8).

Os critérios indicados no apêndice A (no caso dos PL: necessidade, oportunidade, contribuição à estruturação da política) foram aplicados aos 1.068 PL da saúde. Foram destacados os seguintes PL, conforme grupos temáticos, cujos objetos demandam lei ordinária, foram apresentados na Legislatura atual e são estruturantes para a política de saúde, quais sejam:

a) Atenção à Saúde

- PL 2029/2015, que institui a Política Nacional do Cuidado e dá outras providências;

- PL 5801/2016, que altera o art. 7º da Lei nº 13.021 de 8 de agosto de 2014, para definir as farmácias como unidades de prestação de serviços de saúde e ampliar o escopo de produtos e serviços que podem ser oferecidos nesses estabelecimentos.

b) Direitos e Responsabilidades

- PL 361/2015, que dispõe sobre a responsabilidade sanitária dos agentes públicos e a aplicação de penalidades administrativas;

- PL 2952/2015, que acresce o art. 30-A à Lei no 6.015, de 31 de dezembro de 1973, que dispõe sobre os registros públicos e dá outras providências. Explicação: Trata da

instalação de postos de atendimento de serviço de registro civil de pessoas naturais em maternidades e hospitais públicos para emissão de certidão de nascimento e de certidão de óbito;

- PL 3054/2015, que institui o Programa de Registro Civil na Maternidade, e dá outras providências;

- PL 3779/2015, que cria mecanismos para coibir a violência contra idosos;

- PL 4145/2015, que acrescenta dispositivos à Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências, para criar o Conselho de Proteção ao Idoso;

- PL 4430/2016, que dispõe sobre a Responsabilidade Médica Pública;

- PL 5392/2016, que altera o art. 42 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para dispor sobre exame médico-pericial multidisciplinar e avaliação da limitação biopsicossocial para exercício de atividade laboral para fins de concessão de aposentadoria por invalidez;

- PL 5544/2016, que acrescenta art. 23-A à Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, para instituir, no âmbito do Sistema Único de Assistência Social, o Serviço de Apoio ao Cuidador Familiar.

c) Gestão, Recursos e Pesquisa

- PL 559/2015, que dispõe sobre a criação do Serviço Social da Saúde (Sess) e do Serviço Nacional de Aprendizagem em Saúde (Senass);

- PL 1645/2015, que dispõe no âmbito do SUS sobre a integração das ações e serviços de saúde em regiões de saúde mediante contrato organizativo de ação pública da saúde, disciplina a associação regional de saúde e o atendimento integral;

- PL 1646/2015, que altera o artigo 36, e seus parágrafos, e o artigo 37 da Lei 8.080, de 19 de setembro de 1990. Explicação: Trata do Plano Nacional Decenal de Saúde;

- PL 1721/2015, que altera dispositivos da Lei no 8.080, de 19 de setembro de 1990, inseridos pelo art. 142, da Lei nº 13.097, de 19 de janeiro de 2015. Explicação: Trata da vedação da participação direta ou indireta de empresa ou de capital estrangeiro na assistência à saúde;

- PL 2453/2015, que altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a criação do Sistema de Educação Permanente em Novas Tecnologias e Dispositivos Médicos no âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS;

- PL 2748/2015, que altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para instituir o Contrato Organizativo da Ação Pública da Saúde - COAPS - como instrumento para

pactuação de responsabilidades entre entes federados, no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS - e dá outras providências;

- PL 3766/2015, que altera a Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências, para instituir mecanismos de controle social sobre os recursos públicos de saúde;

- PL 6234/2016, que altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para obrigar os estabelecimentos de saúde que façam atendimento pelo Sistema Único de Saúde a ter, nas condições que especifica, um Conselho Gestor com participação da comunidade.

d) Prevenção, Promoção e Controle

- PL 2131/2015, que dispõe sobre a obrigação de que estabelecimentos que produzam ou comercializem alimentos disponibilizem produtos considerados fora dos padrões de comercialização para a alimentação, biodigestão ou compostagem;

- PL 2194/2015, que dispõe sobre a obrigação de que estabelecimentos que comercializem alimentos firmem acordos com entidades assistenciais sem fins lucrativos com o fim de entregar produtos considerados fora dos padrões de comercialização, mas adequados à alimentação humana;

- PL 2352/2015, que dispõe sobre a obrigação de que estabelecimentos que produzam ou comercializem alimentos disponibilizem produtos considerados fora dos padrões de comercialização para a alimentação;

- PL 4361/2016, que cria o programa "Alimentação para Todos" nas escolas da rede pública e privada de ensino.

- PL 4952/2016, que altera a Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, para dispor sobre a veiculação obrigatória, em emissoras de rádio e televisão, de campanha de saúde pública em caso de epidemia.

Tabela 7. Distribuição da frequência de áreas temáticas de PL em tramitação na CSSF em 31/1/17.

Áreas temáticas	Frequência
Administração Pública	17
Agricultura, Pecuária e Pesca	6
Arte e Cultura	2
Ciência, Tecnologia e Informática (utilizado até a legislatura 53)	4
Comunicações	6
Desenvolvimento Urbano e Trânsito	16
Desporto e Lazer	7
Direito Civil e Processual Civil	47
Direito do Trabalho e Processual do Trabalho	5
Direito e Defesa do Consumidor	6
Direito e Justiça	4
Direito Penal e Processual Penal	20
Direitos da Criança	1
Direitos Humanos, Minorias e Cidadania	172
Educação	26
Finanças Públicas e Orçamento	3
Indústria, Comércio e Abastecimento	3
Indústria, Comércio e Defesa do Consumidor (utilizado até a legislatura 53)	1
Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável	1
Organização Administrativa do Estado	1
Organização Político-Administrativa do Estado (utilizado até a legislatura 53)	2
Previdência e Assistência Social	123
Recursos Hídricos, Minerais e Política Energética	5
Sistema Financeiro	3
Trabalho e Emprego	57
Tributação	6
Viação e Transportes	1
Saúde	418
Saúde_Administração Pública	29
Saúde_Agricultura, Pecuária e Pesca	6
Saúde_Arte e Cultura	5

(continuação da tabela 7)

Áreas temáticas	Frequência
Saúde_Ciência e Tecnologia	3
Saúde_Ciência, Tecnologia e Informática (utilizado até a legislatura 53)	1
Saúde_Comunicações	10
Saúde_Defesa e Segurança Nacional	1
Saúde_Developmento Regional	1
Saúde_Developmento Urbano e Trânsito	12
Saúde_Desporto e Lazer	11
Saúde_Direito Civil e Processual Civil	15
Saúde_Direito Constitucional	1
Saúde_Direito do Trabalho e Processual do Trabalho	2
Saúde_Direito e Defesa do Consumidor	20
Saúde_Direito Penal e Processual Penal	31
Saúde_Direitos Humanos, Minorias e Cidadania	124
Saúde_Economia, Administração Financeira e Orçamentária (utilizado até a legislatura 53)	1
Saúde_Educação	39
Saúde_Finanças Públicas e Orçamento	3
Saúde_Homenagens e Datas Comemorativas	19
Saúde_Indústria, Comércio e Abastecimento	38
Saúde_Indústria, Comércio e Defesa do Consumidor (utilizado até a legislatura 53)	29
Saúde_Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável	5
Saúde_Organização Político-Administrativa do Estado (utilizado até a legislatura 53)	1
Saúde_Política Fundiária	1
Saúde_Previdência e Assistência Social	79
Saúde_Recursos Hídricos, Minerais e Política Energética	4
Saúde_Segurança Pública	5
Saúde_Sistema Financeiro	2
Saúde_Trabalho e Emprego	130
Saúde_Tributação	17
Saúde_Viação e Transportes	5
Total	1613

Tabela 8. Temas e subtemas de 1.068 projetos de lei ordinária (PL) relacionados à saúde em tramitação na CSSF em 31/1/17.

	Temas e subtemas de saúde	Frequência
Demais temas	Sem especificação	3
	Subtotal	3
Atenção à Saúde	Programa / projeto / ação	82
	Destaque programa – assistência farmacêutica	37
	Destaque programa – ação específica	23
	Destaque programa – transplante de órgãos	18
	Protocolos	17
	Documentos / sistemas de informação	11
	Destaque programa – saúde escolar	11
	Destaque programa – fora de serviços de saúde	9
	Assistência privada	8
	Destaque programa – saúde do trabalhador	4
	Outros – atenção à saúde	2
	Subtotal	222
Direitos e Responsabilidades	Direitos trabalhistas e previdenciários	68
	Direito de portadores de doenças	42
	Vantagens ao doador de tecidos/órgãos	25
	Outros – direitos	18
	Crime contra a saúde	17
	Destaque trabalho – maternidade e paternidade	11
	Direito do cuidador	9
	Direito reprodutivo	8
	Exames periciais	7
	Direito nos extremos da vida	6
	Direito dos idosos	5
	Direitos de vítimas de acidentes/violência	5
	Documentos oficiais	5
	Responsabilidade sanitária	4
	Direito dos portadores de necessidades	4
	Direitos dos tutelados	1
Subtotal	235	

(continua)

(continuação)

Temas e subtemas de saúde		Frequência
Gestão, Recursos e Pesquisa	Destaque RH – mercado de trabalho	40
	Gestão administrativa	36
	Destaque gestão – direitos dos usuários	39
	Financiamento	29
	Destaque RH – regulamentação profissional	19
	Destaque financiamento – filantrópicas	12
	Destaque RH – formação e qualificação	9
	Pesquisa	8
	Outros – gestão e recursos	6
	Recursos humanos	6
	Infraestrutura	6
	Subtotal	210
Prevenção, Promoção e Controle	Vigilância da saúde do trabalhador	95
	Destaque vig. sanitária. – medicamentos	53
	Vigilância sanitária	48
	Vigilância epidemiológica	35
	Vigilância alimentar e nutricional	32
	Destaque fator de risco – tabaco e álcool	27
	Destaque prevenção – datas e campanhas	26
	Destaque vig. sanitária – serviços	13
	Outros – prevenção e controle	13
	Destaque fator de risco – drogas	11
	Educação em saúde	11
	Segurança de produtos	10
	Destaque fator de risco – trânsito	7
	Atividade física	6
	Vigilância ambiental	5
	Destaque vigilância nutricional – escolar	3
	Destaque fator de risco – doping	1
	Destaque fator de risco – armas	1
Saneamento	1	
Subtotal	398	
Total	1068	

3 Considerações e sugestões

O quadro 1 reúne algumas características de cada tipo de proposição estudado em tramitação na CSSF em 31/1/17.

Quadro 1. Características de PFC, PDC, PLP e PL em tramitação na CSSF em 31/1/17.

Características	Tipo de proposição			
	PFC	PDC	PLP	PL
Quantitativo	20	49	27	1.613
Autor	9 deputados.	35 deputados e 1 comissão permanente.	25 deputados, 1 senador e Executivo.	538 deputados, 58 senadores e Executivo.
Partido	9	15	15	27
Unidade Federada	7	15	15	27
Legislatura atual	10%	57%	70%	51%
Tema da saúde	85%, mas com 35,3% de compartilhamento	87,8%, mas com 27,9% de compartilhamento	48,1%, mas com 84,6% de compartilhamento	66,2%, mas com 60,9% de compartilhamento.
Subtema da saúde	Financiamento.	Assistência privada e regulamentação profissional.	Financiamento.	Programas, vigilância sanitária, vigilância da saúde do trabalhador, direitos trabalhistas e previdenciários.
Proposições de destaque (saúde)	0	6	2	23 (Atenção - 2; Gestão - 8; Direitos - 8, Prevenção - 5).

Observa-se que os PL são mais frequentes, sendo também o tipo com maior diversidade de autores, partidos e UF (do autor). O PLP é o tipo com maior proporção de proposições da Legislatura atual.

O tema da saúde é mais frequente na PFC e no PDC, embora seja o mais frequente entre os PL e praticamente a metade dos PLP. Quanto aos subtemas de saúde abordados nas proposições, há certa especialização temática para os diferentes tipos de proposição.

A aplicação de critérios de seleção foi útil para destacar cerca de 30 proposições entre as mais de mil em tramitação na CSSF, as quais poderiam ter a apreciação priorizada, principalmente entre os numerosos PL.

Diante do pequeno número de PFC e na ausência de proposições de maior destaque, recomenda-se aceleração para definição de todas em tramitação na CSSF, bem como a verificação dos motivos de tramitações lentas (por exemplo, se está aguardando providências de outros órgãos).

Com relação aos demais tipos, recomenda-se priorizar as proposições identificadas e listadas neste estudo, as quais foram apresentadas nesta Legislatura e cujos efeitos possuem maior potencial para abranger maior parcela da população.

Os mais numerosos PL poderiam ser objeto de atividade em parceria entre a CSSF e a CONLE, para que todos eles sejam analisados (não apenas os da Legislatura atual), segundo os critérios do apêndice A (ou outros a serem incorporados).

Mesmo as proposições não destacadas poderiam ser organizadas segundo agenda de temas afins, de modo de oferecer maior consistência e eficiência às decisões da Comissão.

Enfim, considera-se que a metodologia utilizada facilita a identificação do conteúdo de proposições de todos os temas em tramitação na CSSF antes do início das atividades das comissões permanentes da Câmara em 2017, indicando que é factível a implantação de monitoramento sistemático das tramitações de proposições, segundo conteúdo de políticas, em comissões permanentes da Casa, o que pode facilitar a organização e oferecer maior transparência ao debate sobre políticas públicas.

Apêndice A - Metodologia

Os dados foram coletados por meio do Sistema de Informações Legislativas da Câmara dos Deputados (Sileg), em sua versão para a Intranet (que dispõe de mais variáveis que a versão para a Internet, inclusive uma sobre os macrotemas associados à proposição).

Foram obtidos dados sobre todas as proposições que tramitavam na CSSF da Câmara dos Deputados, em 31 de janeiro de 2017, as quais podem modificar leis, incluindo: o projeto de lei complementar (PLP) e o projeto de lei ordinária (PL). Também foram incluídos tipos de proposição relevantes para a função fiscalizatória da Câmara na área da saúde: a Proposta de Fiscalização e Controle (PFC) e o Projeto de Decreto Legislativo (PDC).

O banco de dados do estudo possui informações sobre: tipo e identificação da proposição; autoria da proposição; data de apresentação; comissões para as quais foi despachada; regime (por exemplo, urgência, especial) e tipo de apreciação (conclusiva pelas comissões ou pelo plenário); situação e local atual de tramitação.

A classificação dos temas adotou aqueles já registrados pelo Centro de Documentação e Informação (CEDI) da Câmara dos Deputados. Adicionalmente, as proposições relacionadas à saúde foram identificadas conforme critérios da tipologia desenvolvida pelo Grupo de Pesquisa e Extensão sobre Legislativo e Política de Saúde (GPE-Saúde).²

Os critérios usados para destacar proposições foram os seguintes:

- no caso das PFC, oportunidade (se foi apresentada na Legislatura atual ou em anterior) e abrangência geográfica (se nacional, estadual ou municipal);
- no caso dos PDC: oportunidade e nível de detalhamento (geral ou específica);
- no caso dos PLP e dos PL: necessidade (se a ação demanda lei ou poderia ser adotada por norma infralegal, pois há temas sobre os quais já existem leis que permitem que os mesmos sejam abordados por decretos ou portarias do Executivo), oportunidade e contribuição à estruturação da política (se estruturante ou complementar).

2017_612

² A versão atual da classificação consiste numa revisão da publicada por CARVALHO, C V, GOMES, F B C, LUCHESE, e G, TEIXEIRA, L S. Manual para classificação de proposições legislativas relacionadas à saúde. Brasília, Biblioteca digital da Câmara dos Deputados, 2011. Disponível em: http://bd.camara.gov.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/8330/manual_GPE_saude.pdf?sequence=3.